

**O ENSINO DE LIBRAS
E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES:
ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Larissa Mendonça Lirio (UENF)

larissalir@hotmail.com

Raquel Veggi Moreira (UENF)

rveggi@yahoo.com.br

RESUMO

O decreto nº 5.626/2005 normatiza que a disciplina "libras", primeira língua para as pessoas surdas, passa a fazer parte do currículo dos cursos de formação de professores, objetivando a inclusão desses sujeitos no espaço escolar. Neste trabalho, procuramos entender a percepção de alunos graduados em pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo sobre o sujeito surdo e a libras, por meio do método de narrativas. Os alunos relataram suas experiências no início e final do semestre em que a disciplina foi ofertada. Este trabalho é resultado de uma pesquisa na qual a disciplina de "libras" e o ensino de português passa a ser foco do nosso olhar.

Palavras-chave: Libras. Formação de professores. Graduação.

1. Introdução

A história dos surdos no Brasil não data de pouco tempo, porém a importância de se considerar o surdo como sujeito produtor de cultura e capaz de construir vínculos sociais, é muito recente, bem como o reconhecimento da libras como uma língua e seu uso amparado por lei.

Sabe-se que a inclusão da disciplina libras nos cursos de graduação, como disciplina obrigatória nas licenciaturas, tem o objetivo de compor a formação inicial do professor. Veio com a sanção da lei nº 10.436/2002¹⁷ e do decreto nº 5.626/2005¹⁸ sendo resultado de lutas dos

¹⁷ CF Art. 1º – É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a língua brasileira de sinais – libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como língua brasileira de sinais – libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

¹⁸ CF Art. 3º- A libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal

movimentos dos surdos para garantir novas possibilidades de inclusão desse sujeito no espaço escolar. A língua brasileira de sinais (libras) acaba ganhando espaço na sociedade como um todo com essa nova política que se institui.

O que proporemos, neste trabalho, não é uma discussão sobre a necessidade de um tempo maior reservado à disciplina de libras, o que não exclui a importância desta discussão, mas tentaremos ressaltar o quanto foi/é importante e válida a possibilidade de experiência dada a alunos de Pedagogia.

A relevância de se pesquisar a disciplina libras se dá, porque se trata de um espaço importante e atual de formação dos professores para entender o sujeito surdo e sua inclusão. E são esses espaços que dão os pontapés iniciais para o desenvolvimento das práticas bilíngues.

2. A libras e o curso de graduação

A discussão sobre o quão a libras é importante não só para os surdos, mas para uma possível inclusão social e educacional é travada constantemente, afinal todos devem gozar dos direitos civis, políticos e sociais, e para que isso aconteça é necessário ser dado a eles todas as possibilidades de participação social.

A implementação de uma política de inclusão se faz necessária por historicamente o Brasil ser um país de forte tradição “elitista”, o atendimento a uma pequena parcela da população, gerando grandes desigualdades sociais. Como parte de uma política de inclusão social, o governo, há alguns anos, tem implantado e/ou fomentado ações na área educacional, tendo como principais objetivos a inclusão escolar de pessoas que fogem dos padrões homogeneizantes da sociedade, ou seja, aquelas que carregam marcas físicas, cognitivas, biológicas, consideradas muito diferenciadas dos padrões de normalidade estabelecidos socialmente, na qual se incluem os surdos, sujeito participante desta pesquisa. Este objetivo pauta-se principalmente no princípio fundamental, o direito à educação, um direito social fundamental.

superior, o curso de pedagogia e o curso de educação especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. § 2º A libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Montoan (2006, p. 25) ressalta que o direito à educação para todos não se limita a cumprir apenas o que está na lei e aplicá-la. Segundo ela,

[...] há que assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e o prosseguimento do estudo desses alunos, e não retirar do Estado, por nenhum motivo, essa obrigação, exigindo, postulando o cumprimento das leis, para entender às necessidades educacionais de todos.

Entretanto, há de se observar o que realmente permite a real inclusão, visto que a mesma não consiste apenas na inserção física dos sujeitos nas instituições escolares, esta se baseia em práticas que efetivem não apenas ao acesso, mas na permanência e principalmente na qualidade do ensino para com todos os alunos.

Ferreira & Ferreira (2004) também concordam que a não observância de critérios apropriados que favoreçam a inclusão tem reduzido as práticas ocorridas em alguns países, especificamente no Brasil, à situações de precariedade, limitando em muito o desenvolvimento escolar também das pessoas diferentes.

Lacerda (2011) diz ainda que,

[...] políticas de educação especial voltadas ao alunado surdo são fundamentais porque suas dificuldades de aprendizagem não são inerentes à condição de surdez. Em geral são secundárias a práticas pedagógicas equivocadas, com propostas educacionais que embora tenham como objetivo proporcionar o seu desenvolvimento pleno têm lhes causado uma série de limitações – por não considerar sua condição linguística singular, teimam em ensinar os alunos surdos com as mesmas estratégias usadas para alunos ouvintes e esta abordagem tem apresentado resultados pouco satisfatórios. Ao final da escolarização fundamental (não alcançada por muitos) eles não são leitores e escritores autônomos e não dominam adequadamente os conteúdos acadêmicos. (2011, p. 5)

Sabe-se que a inclusão da disciplina libras, nos cursos de graduação, como disciplina obrigatória nas licenciaturas tem o objetivo de compor a formação inicial do professor. Veio com a sanção da lei nº 10.436/2002 que afirma no art. 1º,

[...] é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a língua brasileira de sinais - libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como língua brasileira de sinais - libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

E do decreto nº 5.626/2005, a inserção da libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exer-

cício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de educação especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. § 2º A libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Sendo resultado de lutas dos movimentos surdos para garantir novas possibilidades de inclusão desse sujeito no espaço escolar. A língua brasileira de sinais acaba ganhando espaço na sociedade como um todo com essa nova política que se institui.

Ao propiciar aos alunos de pedagogia, que futuramente serão professores, pedagogos, gestores, pesquisadores, a experiência do contato com a libras, nada mais é que um novo mecanismo de garantir o direito à participação das pessoas em todos os âmbitos da sociedade.

O universo surdo era muito distante para mim. (Aluno)

Passei a enxergar a língua de sinais como uma língua que caracteriza um grupo e uma cultura própria dos surdos e não apenas como um conjunto de gestos que servem para comunicar algo. (Aluno)

Segundo Larrosa (2002, p. 23), “a experiência é o que NOS passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que SE passa, não o que acontece, ou o que toca”. E é ao tornar acessível a esses alunos a experiência da libras e o contato com o movimento surdo na Universidade, um espaço construído essencialmente para o conhecimento, que permite que pré-conceitos sejam desconstruídos.

Foi falado que não se discutiria neste texto sobre a carga horária desta disciplina, portanto, é preciso destacar que, segundo este mesmo autor, a experiência se torna cada vez mais rara por causa da falta de tempo, e se ressaltamos a importância do contato com esta disciplina nos cursos de licenciatura, especificamente, precisamos apontar onde estão as possíveis falhas deste processo já que o tempo da disciplina é mínimo!

Larrosa (2002, p. 23) diz ainda que “a velocidade com que nos são dados os acontecimentos e a obsessão pela novidade, pelo novo, que

caracteriza o mundo moderno, impedem a conexão significativa entre acontecimentos. Impedem também a memória”.

O segundo apontamento diz respeito ao currículo que está se organizando cada vez mais em pacotes tão numerosos para beneficiar todos os acontecimentos/assuntos existentes e os que por ventura surgem, que se compacta ainda mais o tempo. E por isso, por estarmos sempre em tempo acelerado, sempre em atividade, em trabalho, fazemos que tudo nos passe, mas que nada nos aconteça.

Isso nos faz lembrar a ideia de experiência apontada por Larrosa (2002, p. 24):

A experiência é a possibilidade de que algo nos aconteça, ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível no tempo que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte dos encontros, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (p. 24)

E se a experiência é a abertura para o desconhecido, o novo, o contato com libras no aprendizado e na construção da formação dos professores torna-se talvez o ponto de partida para a propagação das mudanças que venham ocorrer nesta área, já que estes espaços que dão os pontapés iniciais para o desenvolvimento das práticas bilíngues.

Nessa lógica dos currículos em grandes pacotes em tempo cada vez mais curto, se abre espaço para o excesso de informação com o objetivo de estar cada vez mais bem informado, e nos mantermos sempre buscando novas informações. Esse movimento acaba nos permitindo que nada aconteça como diz Larrosa (2002, p. 21),

E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase uma antiexperiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituir-nos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência.

Como metodologia deste trabalho, utilizaremos a entrevista. De acordo com Goode e Hatt (1960), a entrevista “consiste no desenvolvimento da precisão, focalização, fidedignidade e validade de um certo ato social como a conversação”.

Sabemos que o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, que se manifesta de formas variadas, podendo ser verbal, gestual, silenciosa, figurativa e que, também, pode ser provocada. E sempre expressará um significado e um sentido.

No ano de 2014, 30 alunos que cursaram Pedagogia e que tiveram em sua grade curricular a disciplina de libras, nos deram depoimentos sobre o que era, o que significava a disciplina e a história dos surdos, para cada um, antes da aproximação com este assunto, e o que teria mudado com essa experiência. A partir desses relatos, separados em dois tópicos, o antes e depois da libras, tentou-se verificar as recorrências nas narrativas das experiências dos alunos.

Além disso, procurou-se apontar também as angústias, dúvidas, inquietações, a história desses alunos com o surdo e a libras, seu conhecimento sobre este assunto.

Pode-se constatar, no primeiro tópico, em maior parte das narrativas, a inquietação dos alunos a respeito das limitações que existiam pela falta de convivência e comunicação com os surdos e a libras, mesmo a ideia de única forma de expressão não ser mais só a fala. Com a passagem pela disciplina, pode-se perceber a compreensão da palavra poder ser expressada por qualquer outra linguagem/língua. Propomos aqui o sentido de “palavra”, o modo como nos colocamos diante dos outros, de nós do mundo. “As palavras com o que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais que simplesmente palavras”. (LARROSA, 2002, p. 30)

Em relação ao surdo, é um mundo que sempre me senti exclusiva. Não tinha preconceito, me sentia afastada pela ausência de comunicação. (Aluno)

Há outras formas de se comunicar. Descobri que ser surdo não significa ser mudo. (Aluno)

Passei a enxergar a língua de sinais como uma língua que caracteriza um grupo e uma cultura própria dos surdos e não apenas como um conjunto de gestos que servem para comunicar algo. (Aluno)

Reily (2004, p. 117) defende que “quando a voz não pode ser usada, o gesto é uma opção natural para a constituição da linguagem”. Já Marchesi (1995) ressalta que “A língua de sinais é uma linguagem autêntica, com uma estrutura gramatical própria e com possibilidades de expressão em qualquer nível de abstração”. Por ser tão completa quanto a língua oral é adequada, pode/deve ser utilizada no processo ensino e

aprendizagem, para desenvolver a comunicação e a educação dos alunos surdos.

Também, queremos chamar atenção para um grupo de alunos que só passaram a reconhecer os surdos como sujeitos, produtores de cultura, “donos” da sua própria história, capazes de fazer as mesmas coisas que os ouvintes, depois de cursar a disciplina de libras no curso de pedagogia. “Reconhecê-los como sujeitos, alguém que produz cultura, que tem uma história e uma forma diferente de ser e estar no mundo”. (Aluno)

Vieira-Machado (2007, p. 162) aponta que

Transmitir os valores culturais desse povo é levar em conta os artefatos, as produções linguísticas surdas, as tradições, os símbolos, as histórias etc. Tudo isso se dá, quando a pedagogia surda leva em conta a historicidade desse grupo, a sua cultura e a sua língua. Há muita produção cultural da comunidade surda, porém não valorizada pelos ouvintes.

Pensar a formação de professores requer levar em consideração as experiências, dificuldades vividas pelos sujeitos no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, para que a (re)construção deste projeto, a inserção da disciplina de libras no currículo do curso de pedagogia, possa suprir as necessidades existentes.

As narrativas subsequentes mostram alguns dos pré-conceitos “derrubados” após o contato não só com a libras, mas com a história e cultura dos surdos.

Não consigo mais ver uma pessoa surda como deficiente. (Aluno)

Que ter limitações não é sinônimo de deficiência. (Aluno)

“Descobrir” que os surdos têm sentimentos de angústias, frustrações, alegrias e que são como qualquer outro SER HUMANO, ouvintes ou não. (Aluno)

É preciso destacar sobre a carga horária da disciplina, mesmo que não seja o objetivo deste. Segundo Larrosa, a experiência se torna cada vez mais rara por causa da falta de tempo, e se ressaltamos a importância do contato com esta disciplina nos cursos de licenciatura especificamente, precisamos apontar onde estão as possíveis falhas deste processo já que o tempo da disciplina é mínimo.

O segundo apontamento diz respeito ao currículo que está se organizando cada vez mais em pacotes tão numerosos para beneficiar todos os acontecimentos/assuntos existentes e os que por ventura surgem, que se compacta ainda mais o tempo. E por isso, por estarmos sempre em

tempo acelerado, sempre em atividade, em trabalho, fazemos que tudo nos passe, mas que nada nos aconteça.

E se a experiência é a abertura para o desconhecido, o novo, o contato com libras no aprendizado e na construção da formação dos professores, torna-se talvez o ponto de partida para a propagação das mudanças que venham ocorrer nesta área, já que estes espaços que dão os pontapés iniciais para o desenvolvimento das práticas bilíngues.

De acordo Vieira-Machado (2010, p. 46), “como toda nova profissão, a formação inicial desses profissionais fica na pendência de ser construída, mesmo que a emergência de sua atuação nos espaços escolares seja periclitante”.

Drago (2003) ressalta que a experiência adquirida pelo professor deve ser pautada no caráter investigativo e inovador, independente se foi adquirida em seu tempo de magistério ou em seu processo de formação teórica inicial ou continuada.

Até aqui, vimos algumas explorações sobre o quão a experiência foi/é importante, mas queremos destacar que mais essencial que o contato com a libras, é avaliar se essa experiência está proporcionando o “saber da experiência”, ou se o contato com a disciplina não é suficiente para fazer que algo aconteça. Larrosa (2002, p. 28) diz que,

Este é o saber da experiência: o que se adquiri no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece. No saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas o sentido ou do sem-sentido do que nos acontece. (p. 28)

Os sujeitos da experiência, se abriram, se disponibilizaram para conhecer o novo, desconstruíram e construíram seus acontecimentos por meio da libras. Este trabalho procurou ressaltar a importância da experiência no processo de formação dos alunos, os graduandos do curso de Pedagogia, e especificamente a experiência advinda da disciplina de libras, neste caso o experimento.

Se o experimento é preditível e previsível, a experiência te sempre uma dimensão de incerteza que não pode ser reduzida. Além disso, posto que não se pode antecipar o resultado, a experiência não é o caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para, o que não se pode antecipar nem “pré-ver” nem “pré-dizer”. (LARROSA, 2002, p. 28)

A inserção da libras no currículo do curso de pedagogia e das licenciaturas proporcionou a abertura para o conhecimento do novo, possibilitou a conhecer e ampliar seus conhecimentos ao direito à participação social. Pois, os alunos começaram a reconhecer os surdos como participantes reais da sociedade, com limitações como qualquer ouvinte.

3. Considerações finais

Cury (2000, p. 26) diz que

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão estratégica para políticas que visam a inserção de todos nos espaços da cidadania social e política e mesmo para reinserção no mercado profissional. (p. 26)

A lei acompanha o desenvolvimento da cidadania no país, ela vem para impedir a existência do mais forte, fixando leis para todos, possibilitando a todos os sujeitos as mesmas condições e experimentos.

A possibilidade que esses sujeitos tiveram em participar da construção de um novo pensamento, a partir do contato com a libras, e depois com o fornecimento de suas narrativas imprimindo suas experiências, vem para contribuir não só para o processo de formação de professores, mas para compor uma nova cultura brasileira, onde todos são iguais perante a lei e a todos os cidadãos.

A discussão sobre o quão a libras é importante não só para os surdos, mas para uma possível inclusão social e educacional, é travada constantemente, afinal todos devem gozar dos direitos civis, políticos e sociais, e para que isso aconteça é necessário ser dado a ele todas as possibilidades de participação social.

E ao propiciar aos alunos de pedagogia, que futuramente serão professores, pedagogos, gestores, pesquisadores, a experiência do contato com a libras, nada mais é que um novo mecanismo de garantir o direito a participação das pessoas em todos os âmbitos da sociedade.

Verificou-se também, ao longo deste estudo, a importância que a experiência tem quando se trata de conhecer o novo, pois é por meio dela que passamos a ter o conhecimento de algo, neste caso sobre língua brasileira de sinais, os estudos surdos e suas narrativas.

Passei a enxergar a língua de sinais como uma língua que caracteriza um grupo e uma cultura própria dos surdos e não apenas como um conjunto de gestos que servem para comunicar algo. (aluno)

Há outras formas de se comunicar. Descobri que ser surdo não significa ser mudo. (aluno)

“Conhecer a legislação é, então, um ato de cidadania e que não pode ficar restrito aos especialistas da área como juristas, bacharéis e advogados” (CURY, 2000, p. 16). Mas, estende-se do Estado e da sociedade a seus participantes, professores, família, alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.262, de 22 de dezembro de 2005. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 23 de dez. 2005. Seção 1, p. 30.

_____. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 25 de abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 28-03-2015.

_____. Ministério da Educação. *Resolução nº 4*, de 2 de outubro de 2009. Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 08-07-2011.

_____. Decreto-lei nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 18 set. 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08-07-2011.

_____. Decreto-Lei nº 5.262, de 22 de dezembro de 2005. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 23/12/2005. Seção 1, p. 30.

BARRETO, M. A. S. C., NUNES, I. M. Políticas de inclusão e formação de professores: olhares para o atendimento educacional especializado no norte do Espírito Santo. In: *VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial. Prática Pedagógica na Educação Especial*: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Serra (ES): UFES, UFRGS, UFSCar, 2011.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: para além do AEE. In: *VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial. Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado*. Serra (ES): UFES, UFRGS, UFSCar, 2011.

COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.). *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CURY, C. R. J. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DRAGO, R. Formação de professores, saber docente e inclusão de alunos com necessidades educativas especiais: relações mútuas de um mesmo processo. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, PPGE-UFES, n. 17, vol. 9. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2003.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de. (Orgs.). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. Campinas: Autores Associados, 2004.

FÁVERO, Eugênio Augusto Gonzaga. *Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade*. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

GOODE, W.; HATT, P. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1960.

KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LACERDA, C. B.F. de L. Atendimento educacional especializado: necessidades educativas do sujeito surdo. In: *VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Prática pedagógica na Educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado*, Nova Almeida- Serra (ES), 11 a 13 de abril de 2011.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan./abr.2002.

MAGALHÃES, R. C. B. P. O professor de educação especial: elementos para problematizar e discutir sua formação. In: VICTOR, S. L., DRAGO,

R.; PANTALEÃO, E. *Educação especial no cenário educacional brasileiro*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

MONTOAN, M. T. E. Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, V. A. (Org.). *Inclusão escolar*. São Paulo: Summus, 2006.

_____. *Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

_____. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, D. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006a.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, E. G. *Inclusão marco zero: começando pelas creches*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MONTEIRO, S. S. Tempo e narrativas na formação do ser professora. In: XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino Campinas: UNICAMP, 2012.

OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1993.

PADILHA, A. M. L. *Práticas pedagógicas na educação especial: A capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental*. 4. ed. Campinas: Autores Associados; FAPESP, 2007.

PALUDO, K. I.; STOLTZ, T.; LOSS, H. A constituição do ser na perspectiva vygotskyana: um olhar para o sujeito com altas habilidades/superdotação. In: IX ANPED Sul. *Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. Caxias do Sul, 2012.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). *Inclusão escolar*. São Paulo, Summus, 2006.

REILY, L. *Escola inclusiva: linguagem e mediação*. Campinas: Papirus, 2004.

SILVEIRA, L. V.; DRAGO, R. A educação da criança com deficiência: da segregação às propostas inclusivas. *Revista FACEVV*, Vila Velha (ES), n. 4, p. 82-89, 2010.

SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKLIAR, C. (Org.). *Educação e exclusão: Abordagens socioantropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

VIEIRA-MACHADO, L. M. da C. *Traduções e marcas culturais dos surdos capixabas: os discursos desconstruídos quando a resistência conta a história*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. Formação de professores de surdos: dispositivos para garantir práticas discursivas vigentes. *Cadernos de Educação*, Faculdade de Educação (UFPel), ano 19, n. 36, maio/ago.2010.